

TEXTO DE CONJUNTURA DO COMANDO NACIONAL DE GREVE DO ANDES-SN

Brasília (DF), 16 de junho de 2024.

INTRODUÇÃO

Completamos 61 dias da greve docente do ANDES-SN, que teve início no dia 15 de abril de 2024. Nesses dois meses, foi possível construir uma greve forte, que atinge hoje 62 instituições federais de ensino. Avançamos na construção de uma greve articulada com o SINASEFE e a FASUBRA, com a realização de ações conjuntas que incidiram sobre o governo, forçando a real abertura de negociação. Nossa greve é uma das maiores que nosso sindicato já construiu, com adesão da base ao movimento paredista, que se manifestou, de forma majoritária, pela não aceitação da proposta que o governo colocou na mesa de negociação.

A indignação da categoria docente, diante da intransigência do governo federal em não responder às contrapropostas apresentadas pelo ANDES-SN (13 e 27 de maio), assim como ante sua ação antissindical de buscar ressuscitar a moribunda federação, amplamente questionada pelas suas bases, tem se expressado em assembleias cheias que reafirmaram a manutenção da greve, na busca de forçar alguma locomoção do governo em direção a nossa pauta.

A greve construída pelo ANDES-SN movimentou nossas bases, visibilizou pautas fundamentais para nossa categoria e fez a disputa pelos fundos públicos para a educação pública e de valorização do trabalho docente. O que se conseguiu de avanço entre a proposta inicial do governo e o que o governo diz ser a proposta final é resultado da nossa greve. Após mais uma mesa, realizada no dia 14/06/2024, na qual pela primeira vez se avançou em relação às pautas de revogação (Portaria nº 983/2020 e IN nº 66/2022), mas manteve igual a proposta em relação à recomposição salarial e a nossas demandas de reestruturação da carreira docente, registramos para análise das assembleias gerais da base, a serem realizadas no período de 17 a 20 de junho de 2024, a avaliação do CNG do ANDES-SN.

COMO COMEÇA A GREVE E HISTÓRICO DA NEGOCIAÇÃO

As posturas do governo durante a campanha salarial de 2024, iniciada ainda em 2023, evidenciam os impasses postos pela implementação de uma agenda de austeridade encampada tanto pelo Executivo, como pelo Legislativo, vitimiza, sobretudo, os serviços públicos, servidore(a)s e estudantes, não deixaram ao movimento docente alternativa senão a deflagração da greve.

Desde 2023, pacientemente, nossa categoria negocia com o governo, construindo pauta articulada de forma unitária com o conjunto do serviço público federal e centrais sindicais. Não só pautas salariais foram colocadas na ordem do dia, mas uma grande agenda de revogação de medidas restritivas de direito uniram servidores e servidoras. O ANDES-SN, desde a sua instalação, questionou a presença da entidade burocrática Proifes, promovendo embate político e jurídico à sua permanência, que contou com a insistência e condescendência do governo federal para que lá continuasse. Os motivos, já sabidos, vieram a se justificar concretamente no curso de nossa greve.

As respostas do governo à campanha salarial não vieram a contento. A sinalização trazida em 18 de dezembro de 2023, ao cabo da janela para indicações orçamentárias para 2024, trouxe uma proposta pífia ao(a)s servidore(a)s público(a)s federais, com congelamento de salário para o corrente ano, e 4,5% de recomposição para os anos de 2025 e 2026. Apenas alguns benefícios recebidos por parte do(a)s servidore(a)s teriam reajuste. No que se refere à carreira docente em particular, o governo instalou mesa para abordagem do tema em setembro de 2023, sem ter qualquer avanço nos meses seguintes.

Esta indicação levou a categoria a maturar a necessidade de construção da greve, que foi proposta ao debate e deliberação em nosso 42º Congresso. Definiu-se pela construção da greve nas IFES na base do ANDES-SN, articulada com o setor da educação federal, no primeiro semestre de 2024, com vistas a uma greve unificada do funcionalismo público federal.

Ainda no início de março, a coordenação do setor das IFES do ANDES-SN convocou as primeiras rodadas de assembleias e de reunião do setor para encaminhamentos da mobilização, que indicou o dia 15 de abril para a deflagração da greve. Este simples indicativo, mesmo antes do início da paralisação, já colocou o governo em movimento. Em 10 de abril o governo agenda uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) em que apresenta minuta de compromisso para implementar os pagamentos de benefícios, em que consta cláusula antissindical que impede o exercício do direito de greve. Depois de muito embate da bancada sindical, o governo recua quanto a medida, que abre uma agenda de enfrentamentos à greve. Já no dia 11 de abril, o governo enfim convoca a primeira reunião da Mesa Permanente junto ao MEC para abordagem de pautas sem impacto orçamentário.

Estes espaços de interlocução se intensificam por força da greve nos meses que seguem a mobilização. A greve se inicia com 17 IFES paralisadas e com a instalação do Comando Nacional de Greve. Na primeira semana de lutas, uma grande Audiência Pública e o ato com caravanas a Brasília em 17 de abril dão visibilidade nacional ao movimento. Nessa mesma semana, uma Mesa de Carreira é agendada para 19 de abril, em que se apresenta uma nova proposta para a recomposição salarial, majorando significativamente os montantes lançados para a categoria no fim do ano anterior, que passam em 2025 de 4,5% para 9% e em 2026 de 4,5% para 3,5%, bem como algumas indicações de revogação.

Sendo o avanço do governo tímido ante a proposta da categoria, a greve teve não só a intensificação de sua força como também a manifestação pública do rechaço à proposta governamental. Sem qualquer aprovação das propostas governamentais em assembleias de base, passaram a ser vinte e oito IFES paralisadas em 22 de abril; trinta e

nove em 30 de abril; cinquenta em 7 de maio; cinquenta e oito em 21 de maio; sessenta e duas em 6 de junho.

A greve arrancou mesas de negociação que não resultaram em atendimento de nossas pautas: junto ao MEC, para tratar das intervenções e das escolas e colégios de aplicação, essa última com a presença do CONDCAP; junto à Secretaria da Presidência da República, a partir de duas ações do “café da manhã com Lula”; entre outros espaços, como audiências públicas e articulações com parlamentares.

A agenda negocial se intensificou com o crescimento da greve. Em 13 de maio, nova mesa com o MEC é agendada. Neste mesmo dia, é protocolada a contraproposta elaborada pelo CNG do ANDES-SN, a partir de indicativos da base. Em 15 de maio, com um mês da greve, é junto ao MGI que se dá nova rodada de negociações com o(a)s docentes, em que alguns indicativos quanto ao avanço dos “steps” são sinalizados, e em que o governo apresenta um ultimato: daria até o dia 27 de maio para que as entidades avaliassem a assinatura do acordo, sinalizando que sentaria para assiná-lo com quem lá se apresentasse.

O recado estava dado: no dia 27 de maio, independentemente dos posicionamentos do ANDES-SN e do SINASEFE, únicos legítimos representantes do movimento docente, o governo assinaria o acordo com a Proifes, repetindo as farsas golpistas praticadas em 2012 e 2015.

Mais uma grande demarcação de forças demonstrou a pujança do movimento e também a solidariedade de outras entidades à nossa luta: a Marcha da Classe Trabalhadora, em 22 de maio, que se transformou, para o(a)s servidore(a)s da educação federal, em um momento de denúncia quanto à intransigência governamental, a cessação unilateral do processo de negociação. As ações na semana se colocaram sob a imperativa necessidade de que o dia 27/05 se tornasse uma mesa de negociação efetiva, dando o governo resposta às proposições da categoria. A greve não apenas continuou como se intensificou nos dias subsequentes, com renovada rejeição da proposta governamental em assembleias de base.

Na data esperada para a reunião, municiado por indicações de seis dezenas de assembleias de base do sindicato, o CNG elaborou nova contraproposta que firmou prioridades da pauta e apresentou novo índice de recomposição para o ano de 2024, percebendo ser esse ponto maior de intransigência por parte do governo federal.

O ANDES-SN, juntamente com o SINASEFE, muito embora convidados para assinatura de acordo com governo no dia 27 de maio, em uma reunião marcada por desrespeitos e colocações jocosas, estiveram no MGI para um simples anúncio de que o acordo seria assinado com a Proifes, em uma reunião em lugar e horário não sabidos e não anunciados. Uma reunião secreta, que fere de morte uma pretensa afirmação republicana pautada pela transparência e lisura que devem orientar a coisa pública.

Diante do anúncio antidemocrático e que sinalizaria uma ação antissindical, o(a)s representantes da categoria na reunião anunciaram que permaneceriam ocupando a sala no MGI até que se sinalizasse uma data efetiva para continuidade das negociações. Foi só dessa forma que pudemos ter a indicação de um momento negocial novo, marcado para 3 de junho, que recolocou na ordem do dia a possibilidade de negociações.

Na noite do dia 27 de maio, de fato se consumou a assinatura do acordo com a Proifes. As denúncias públicas do ato antissindical praticado pelo governo se somaram a

uma acertada tática de embate jurídico, que proporcionou cassar os efeitos desse acordo e proibir o governo de firmar novos ajustes com a entidade fantoche. O acordo segue sem qualquer efeito legal, mantida que está a decisão que conferiu ganho de causa ao ANDES-SN.

O dia 3 de junho foi marcado por atos e ações políticas em todo o país, visando garantir nesta nova mesa a continuidade das negociações. A presença de duas parlamentares, as deputadas federais Dandara Tonantzin (PT-MG) e Fernanda Melchiona (PSOL-RS), apoiadoras da pauta da greve, fruto do trabalho do CNG junto ao parlamento, que conquistou um conjunto de assinatura de parlamentares em carta de apoio à greve, impactou na forma como o(a)s representantes do MGI trataram a bancada sindical. Sem avanços na negociação, a bancada sindical permaneceu no MGI até conquistar uma data de efetiva negociação, bem como para o agendamento de uma mesa de negociação com o(a)s técnico-administrativo(a)s em educação.

Foram horas de espera até um primeiro recuo do governo, que não atendia às nossas expectativas. Outras horas para que, enfim, o governo recuasse, agendando data de mesa de negociação no dia 14 de junho, bem como indicando o dia 11 para reunião com o(a)s TAEs.

Nesse meio tempo entre reuniões, o governo federal anunciou a realização de reunião com reitores e reitoras de universidades e institutos federais, em 10 de junho, sem qualquer sinalização de receber docentes e técnico-administrativo(a)s em greve. Na ocasião, não só o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como também o Ministro da Educação, Camilo Santana, estiveram presentes para anunciar uma importante conquista da greve, reivindicada também por ANDIFES e CONIF: recomposição parcial das verbas de custeio e investimentos nas universidades e institutos federais na forma de um PAC da Educação, que apesar de não ser suficiente, diante da demanda, é considerado pelo movimento paredista, uma conquista. Em especial no que tange ao atendimento de bolsas para 100% do(a)s estudantes quilombolas e indígenas. Na oportunidade, ambos representantes governamentais fizeram graves ilações contra o movimento grevista, buscando deslegitimá-lo.

Já em 14 de junho, ao fim da mesma semana, novos anúncios foram apresentados pelo governo na mesa conquistada com a ocupação no MGI, a exemplo de pautas que o governo se mostrava profundamente inflexível - como a revogação da Portaria nº 983/2020, do MEC -, sinalizando novas conquistas da categoria ante a deslegitimação da Profes no processo de negociação.

O GOVERNO NO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO

O encadear desses fatos é importante a revelar as movimentações do governo no curso do processo negocial, demonstrando sua orientação comprometida com o capital financeiro. Como um governo de coalizão, os interesses dos capitais e do rentismo imperam na partilha dos fundos públicos e qualquer movimentação efetiva do(a)s trabalhadores e trabalhadoras busca ser interdita. É um governo que conduz sua política

econômica neoliberal, que impacta no avanço de conquistas no que tange às políticas públicas, entre elas, a educação.

Essa postura, expressou-se nas mesas de negociação, quando representantes do governo reproduziram que servidore(a)s seriam privilegiado(a)s, tanto por nossos salários como por podermos fazer greve sem corte de ponto ou ameaça de dispensa - tratando de direitos historicamente conquistados pela nossa classe – o que se complementou pela indisposição de revogação de medidas autoritárias e antidemocráticas, como a lista tríplice para nomeação de reitore(a)s, que constam de nossa pauta de greve.

Quanto ao Lula, em particular, é digno de nota que a sua fala para reitores e reitoras revelou o desrespeito ao movimento sindical construído pelas bases, projetando às suas direções a responsabilidade quanto aos rumos do movimento. No mais, buscou trazer ingerências indevidas no curso da greve, desconsiderando que hoje se localiza no lugar de chefe de Estado e, a rigor, gestor da força de trabalho do(a)s servidore(a)s federais. E mais, tentou deslegitimar a luta e a organização sindical autônoma, em ataque frontal ao ANDES-SN, criando um espantinho das entidades em greve ao tentar lhes carimbar como intransigentes na negociação - buscando um “tudo ou nada” - quando em verdade a inflexibilidade no processo de negociação, foi do governo.

Todavia, a mais evidente movimentação antidemocrática e antissindical do governo tem relação com a entidade burocrática Proifes. Desde o começo do processo negocial a manutenção da entidade fantoche, sem representatividade de base, teve por intuito servir de anteparo no eventual caso de uma greve, como a que hoje se dá.

A Proifes passa pela sua maior crise histórica, com levante de bases, emparedando as direções burocráticas e tensionando sua saída da federação. Teve o acordo assinado reprimenda forte por parte deste(a)s professores e professoras em luta, que retiram qualquer legitimidade política desta ação - para além de sua insustentabilidade jurídica.

O esforço posto pelo governo, nesse momento, diante das sequenciais derrotas impostas por nossa categoria à entidade burocrática, é de tentar revitalizar essa entidade moribunda, que teve sua carta sindical - pleiteada em 2018 - conferida no meio do processo de greve com vistas a dar algum lustro de regularidade - ao ‘acordo’ assinado.

Vale destacar, que o CNG do ANDES-SN envidou esforços para dialogar com todas as bases em greve de nossa categoria, realizando convites ao(à)s docentes em greve e em luta, que foram aceitos pelos CLGs da UFBA, da UFG, da UFRN e da UFSC, que são bases da Proifes, e também o CLG da UFMG para integrar e construir o movimento paredista, o que é avaliado como uma conquista da mobilização docente.

CONQUISTAS DA GREVE ATÉ 16/06

O que ganhamos nas greves? Às vezes, não perder já é um avanço! Mas nessa greve, já temos conquistas! Além de barrar as perdas que vínhamos sofrendo, tivemos ganhos objetivos e políticos para a categoria, de fortalecimento do ANDES-SN como instrumento de lutas do(a)s docentes da educação pública federal e a mobilização da categoria.

No último dia 14 de junho, contrariando a retórica de que não era possível avançar na proposta de negociação inicial, o governo propôs algumas medidas: revogar a portaria nº 983/2020, avançar para a revogação da IN nº66/2022, não recorrer de decisões judiciais que conferem a aposentado(a)s e pensionistas a concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e, finalmente, recompor a representação sindical no Conselho Permanente de RSC (ainda que no documento enviado à bancada sindical tenha sinalizado apenas a incorporação da Proifes). Também reafirmamos nossa contraproposta com a apresentação de reajuste linear; reenquadramento do(a)s aposentado(a)s; reposicionamento na carreira para docentes efetivo(a)s que tenham mudado de carreira a partir de concurso público; revogação da IN nº 15/2022 e IN nº 49/2023, além da solicitação de transformação da Mesa de Carreira em permanente para tratar itens não contemplados até o momento.

Em síntese, desde a decisão de deflagração da greve, o movimento conquistou até o momento:

- Recomposição parcial do orçamento das instituições federais;
- Conquista de 5600 bolsas permanência para estudantes indígenas e quilombolas;
- Implementação do reajuste de benefícios (auxílio-alimentação, auxílio-saúde suplementar e auxílio-creche), apesar de ainda não haver equiparação com os benefícios dos demais poderes;
- Início da Mesa Setorial Permanente de Negociação do MEC;
- Elevação do reajuste linear oferecido até 2026 de 9,2% para 12,8%, sendo 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026;
- Elevação de steps de 4,0% para 5,0% até 2026 (com exceção de Adjunto/DI e DIII-I, que passa de 5% para 6% até 2026);
- Elevação do valor salarial para ingressantes na carreira docente (MS e EBTT);
- Proposta de revisão da IN nº 66/2022;
- Revogação da Portaria nº 983/2020;
- Isonomia entre docentes da carreira EBTT e do Magistério Superior, no que tange ao controle de frequência, com a alteração do decreto nº 1590/1996;
- Suspensão de recursos judiciais pelo MEC frente a decisão que conferiram o RSC para aposentado(a)s;
- Retomada da participação de entidades sindicais no Conselho Permanente de RSC.

Além dos ganhos materiais no que tange à pauta de reivindicação, até o momento, também destacamos como conquistas da greve:

- A ampliação da mobilização docente levando a 64 instituições em greve;
- Ampliação da sindicalização nas seções sindicais do ANDES-SN;
- Adesão de CLGs da base da Proifes ao CNG do ANDES-SN;
- Deslegitimação da entidade fantoche, a Proifes, através de início de reivindicação das bases para desfiliação dos sindicatos da Federação;
- Formação de uma nova geração de militantes que legitimam o ANDES-SN como seu representante sindical.

Vale destacar que essas propostas apresentadas pelo governo a partir da pressão do movimento paredista, contudo, estão aquém das necessidades reais das IFES e do conjunto da categoria docente. O governo insiste em manter os 0% para 2024, não acata a solicitação de reajuste linear da contraproposta do CNG do ANDES-SN para o conjunto de nossa categoria, e desconsidera as reivindicações sobre o(a)s aposentado(a)s. Além do fato que a recomposição de R\$747 milhões, sendo R\$ 347 milhões instituídos em 10 de maio e R\$ 400 milhões anunciados em 10 de junho, não se aproximam dos R\$ 2,5 bilhões reivindicados inicialmente para as universidades e dos R\$ 1,5 bilhões para a educação básica, técnica e tecnológica, necessários não apenas para recompor orçamento, mas garantir investimento nas instituições de ensino federal.

MOMENTO ATUAL DE NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO

Nossa greve ocupou os corredores do Congresso Nacional, mobilizou parlamentares de campos distintos, levou desgaste ao(à)s negociadore(a)s, descredenciou a Proifes, explicitou a ação intransigente do governo, demonstrando que sua opção por uma educação mercantilizada. Importante ressaltar que a incorporação da pauta da greve no cotidiano, discursos e audiências no Congresso Nacional, nos últimos dias, também despertou o oportunismo da extrema-direita. Parlamentares de direita, que sabemos, não tem nenhuma interlocução com as pautas do movimento docente, ao contrário, são o(a)s maiores defensore(a)s da privatização, da terceirização e do fim da universidade pública e socialmente referenciada, quiseram capitalizar com a greve da educação federal. É importante registrar, que não em nosso nome, vão usar a greve da educação. Continuaremos a acompanhar as audiências no Congresso Nacional, inclusive o convite realizado à ministra Ester Dweck no dia 26 de junho, mas não para fortalecer a extrema-direita, mas sim para apresentar, mais uma vez, nossa pauta de reivindicação.

Importante reiterarmos que a greve da educação federal foi construída de forma articulada, porém não unificada. Temos pautas específicas que, no limite, tem tido movimentos distintos respeitando o método de construção de cada entidade.

Também consideramos importante constar no processo de avaliação das assembleias de base, o fato de que nossa greve, não tem previsão de adesão de novas bases, uma vez que nas instituições onde a greve não foi deflagrada não há convocação de Assembleia Geral (AG) para tal pauta.

Com as conquistas da greve até aqui, é necessário avaliar o grau de mobilização real da nossa categoria. São os desafios que temos pela frente, para projetar os próximos passos do movimento docente.

ENCAMINHAMENTOS PARA AS ASSEMBLEIAS DE BASE

Visando qualificar o momento atual da greve, o CNG do ANDES-SN propõe o seguinte calendário:

TAREFAS	DATAS	PAUTA
Rodada de AGs	Até 21/06 (envio do resultado até às 12h ao CNG)	- Análise de conjuntura e avaliação da greve; - Questões levantadas pelo CNG para as AGs.
Sistematização das avaliações das assembleias de base pelo CNG	De 21 até 23/06	- Retorno das AGs.

A partir da análise de conjuntura, da avaliação da greve, das propostas e das negociações com o governo, indicamos que as Assembleias Gerais analisem e respondam as seguintes questões:

- 1- Qual a avaliação da AG das propostas do governo apresentadas pelo MGI e pelo MEC?
- 2- Devemos assinar ou não, as propostas apresentadas pelo MGI e pelo MEC?
- 3- Devemos continuar a greve ou construir sua saída coletiva no ANDES-SN?

COMANDO NACIONAL DE GREVE